

Mulford: "Brasil pode pagar"

por Claudia de Souza
de São Paulo

(Continuação da 1ª página)

dessas instituições", declarou, argumentando que o fluxo de recursos do BID e do Banco Mundial não foi interrompido, já que projetos aprovados no passado continuam em andamento.

Mulford refutou a posição do governo brasileiro de honrar sua dívida em termos da capacidade de pagamento, medida por sua situação fiscal. Na opinião de Mulford, o governo brasileiro e o Brasil têm a capacidade de arcar com as suas obrigações. "Trata-se de uma das maiores economias do mundo", começou dizendo. "A restrição do pagamento a um credor é uma receita para a desestruturação total das relações com a comunidade financeira internacional", disse.

"Um país com a capacidade de criar reservas, que já são de US\$ 9 bilhões ou US\$ 10 bilhões, é claro que pode pagar", concluiu. Essa capacidade de pagamento será aumentada com uma melhor relação com os bancos, afirmou, que teria de vir de um acordo com o Fundo Monetário Internacional, com o aval da instituição a um programa de reformas macroeconômicas, a instauração de um regime aberto para os investimentos estrangeiros e, insistiu, um acordo de pagamento dos juros atrasados aos bancos privados.

"Os países credores, não só os Estados Unidos, ficaram apreensivos com a falta de progresso nas negociações que existiu até janeiro. Isso poderia tornar-se uma situação incontrollável, em que o Brasil seria levado a atrasar os pagamentos às próprias instituições internacionais", argumentou o funcionário. O Brasil, afirmou, como segundo maior acionista e tomador de empréstimos do BID e terceiro tomador do Banco Mundial, poderia assim vir a comprometer a integridade dessas instituições.

Para Mulford, seria esta a preocupação do governo dos Estados Unidos em "apoiar" e "ajudar" o País, como ele disse, na negociação com os bancos

privados. Ela deve envolver, explicou, não só um acordo de curto prazo para o pagamento dos juros atrasados mas, também, um acerto de médio prazo que, se levado a bom termo, traria vantagens para o Brasil dentro do Plano Brady de redução de dívida. "É importante encorajar os bancos a engajar-se para que o Brasil possa obter um corte considerável de seus débitos", argumentou.

"O Brasil e os bancos estão muito, muito próximos de um acordo e, segundo estou informado, existe apenas uma pequena diferença entre as duas partes quanto ao pagamento dos juros atrasados e correntes", declarou, distanciando-se do impasse que começou a se criar na sexta-feira passada entre o lado brasileiro e o comitê dos bancos credores com relação a que parcela pagar do total de juros atrasados, acumulados até dezembro, e que taxas pagar sobre os bônus em que poderá ser transformada parte significativa dessa dívida.

Mulford afirmou que o governo norte-americano apóia integralmente o governo Collor e as medidas que vêm sendo tomadas pela atual equipe econômica. "Temos confiança em Collor e no arrojado e corajoso programa que instaurou", disse.

Mulford considerou, porém, que mais progresso deve ser feito no programa de privatizações. "Entendemos que se trata de um problema complexo e politicamente delicado, já que depende do Legislativo, mas é imprescindível um avanço nesse sentido", afirmou.

O subsecretário do Tesouro acenou com a possibilidade, quando o Brasil tornar-se elegível aos benefícios do programa Iniciativa para as Américas, de o País vir a ter sua dívida oficial bilateral com os Estados Unidos, algo em torno de US\$ 2,5 bilhões, significativamente reduzida e os juros sobre o restante serem convertidos em cruzeiros para ser investidos em programas nacionais de preservação do meio ambiente.